

# FORMAÇÃO HISTÓRICA E EXPERIÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PARANÁ

*Roselene Semprebom Freire<sup>1</sup>*

*Frank Antonio Mezzomo<sup>2</sup>*

**Resumo:** O artigo desenvolvido busca analisar a experiência da escravidão, da formação e a situação atual em que se encontram comunidades quilombolas a partir da análise em duas comunidades, localizadas na região de Castro e de Ivaí, no Estado do Paraná. Para execução da pesquisa, além da visitação *in loco*, utilizou-se de fontes primárias como entrevistas e fotografias, além da pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Escravidão; Comunidades Quilombolas; Paraná.

## INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é problematizar experiências históricas da escravidão e a formação de algumas comunidades quilombolas no Paraná ao longo do século XIX e XX<sup>3</sup>. A reflexão está inserida no contexto da Lei Federal número 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que tornou obrigatória a inclusão do ensino da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, a fim de induzir uma prática de reconhecimento e valorização das raízes africanas na sociedade brasileira que foram estabelecidas há muitos séculos e estigmatizadas por discriminação, preconceito e dominação. Pode-se adiantar dizendo que parte da historiografia brasileira, sobretudo até meados da década de 1980, deu ênfase a um ensino voltado para uma cultura europeizada, negligenciando contribuições culturais que o povo de origem africana deu ao Brasil e ao Paraná.

No contexto paranaense, nos séculos XVII, XVIII e XIX a sociedade atraiu e absorveu parte da mão de obra e dos conhecimentos de pessoas que na condição de cativos foram traficados do Continente Africano. Conduzido sob condições de extrema violência e precárias condições de vida nos porões de navios negreiros, constituíram na principal força produtiva do estado paranaense desde o setecentos.

---

<sup>1</sup> Professora de História e Geografia da Escola Estadual D. Pedro II – Ensino Fundamental, Núcleo Regional de Goioerê – PR.

<sup>2</sup> Professor do curso de História da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (Fecilcam).

<sup>3</sup> Este texto apresenta parte das discussões realizadas no trabalho final, entregue como requisito parcial para conclusão do Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná (PDE/PR), turma 2009.

Após proclamação da Lei Áurea em 1888, parte significativa dos egressos da escravidão secular esteve envolvida na celeuma da discriminação racial, a reboque das teorias racialistas do século XIX e XX<sup>4</sup>, além da não aceitação no mercado de trabalho por falta de amparo constitucional. Assim, histórias de lutas e resistências marcaram as experiências das inúmeras etnias negras oriundas do continente africano.

Talvez tributário da experiência histórica da escravidão e do preconceito racial, pode-se afirmar que essa temática ainda é marginal inclusive para historiografia contemporânea quando trabalha a questão da constituição do Paraná. Tratamento diferente é dado pelos livros e mesmo outros veículos de comunicação como jornais e informativos que priorizavam e tratam da epopéia dos imigrantes europeus, que ao longo dos séculos XIX e XX, vieram desbravar os rincões e produzir riqueza no Estado do Paraná.

Esta constatação tornou-se, já há algum tempo, em incômodo intelectual, motivando a realização de uma pesquisa sobre algumas experiências da escravidão negra no Paraná. Assim, a fim de compreender a formação das comunidades quilombolas e as condições de existência é que se propôs, mediante discussão bibliográfica e visitação *in loco*, problematizar acerca da constituição e *modus vivendi* de algumas comunidades do estado.

### **PESQUISANDO QUILOMBOS PARANAENSES**

Para melhor compreensão das experiências históricas da escravidão e da formação das comunidades quilombolas no estado do Paraná, decidiu-se ir a campo para apreender com maior sensibilidade e acuidade metodológica o objeto de estudo. O empenho em realizar a pesquisa *in loco* teve como motivo, a escassez de materiais que contemplassem a história sobre as comunidades quilombolas no Estado do Paraná. O conhecimento sobre quilombos dispostos na literatura contemporânea não parece suficiente para maior aprofundamento no assunto.

No Estado do Paraná existem 36 comunidades quilombolas identificadas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares<sup>5</sup>, optou-se por investigar quatro comunidades quilombolas, a saber: Comunidade Remanescente de Quilombo Serra do Apon, no município de Castro; Comunidade Negra Tradicional do Bairro São Roque, no município de Ivaí; Comunidade remanescente de quilombo Invernada Paiol de Telha (assentamento), no município de Guarapuava e, finalmente, a Comunidade remanescente de quilombo

---

<sup>4</sup> Entre inúmeras pesquisas que historicizam os debates racialistas, sobretudo no século XIX e XX, consultar o interessante estudo realizado pela antropóloga Lilian Moritz Schwarcz, presente na obra SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>5</sup> Fundação Cultural Palmares: Entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura cujo objetivo corporifica os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira.

Campinas dos Morenos, no município de Turvo<sup>6</sup>. Embora a pesquisa tenha sido realizada nas quatro comunidades, em razão do espaço, nesse artigo, serão discutidas apenas a comunidade Serra do Apon, de Castro, e a comunidade Bairro São Roque, de Ivaí.

Assim, programou-se a visita às comunidades entre os dias 10 a 15 de dezembro de 2009, para a realização das entrevistas. De maneira geral, as comunidades se encontram em locais de difícil acesso, com estradas íngremes, poeiras e lamaçais. A ausência de placas de sinalização dificulta o acesso às comunidades quilombolas, sendo indicado o uso de mapas rodoviários, GPS (Sistema de Posicionamento Global) e as tradicionais informações dos transeuntes.

Foi possível perceber nas entrevistas e nos relatos as experiências e vivências do grupo social que integram essas comunidades, que mesmo distantes de outras comunidades quilombolas, carregam comportamentos sócio-culturais semelhantes. Percebe-se, ainda que, nesses espaços, a história e a memória estão presentes nas experiências e manifestações culturais herdadas dos seus antepassados.

Em suma, pode-se dizer que a pesquisa *in loco* conseguiu explorar os conteúdos e as discussões já apresentadas nos meios acadêmicos e produções bibliográficas sobre as populações negras, confirmando-os, complementando-os e, às vezes, relativizando-as mediante a formulação de outras perguntas e outros olhares.

### **COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SERRA DO APON**

Na Serra do Apon, localiza-se, atualmente, a Comunidade Negra Rural Serra do Apon, distante 60 quilômetros da sede do município de Castro. O acesso ao quilombo é por estrada de chão batido e parte de cascalhos. Segundo relatos dos moradores da região o local era habitado por indígenas Abapanis quando negros fugitivos da Fazenda Capão Alto chegaram ao local. Preferiram os lugares mais inóspitos e de difícil acesso, com mata serrada para refugiar-se e não serem descobertos. Assim, escolheram locais conhecidos hoje como: Serra do Apon, Limitão e Mamans.

---

<sup>6</sup> Consideram-se comunidades remanescentes de quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida. Já o conceito de comunidades negras tradicionais é mais amplo. São grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Nele podem ser englobados, por exemplo, os próprios quilombolas; os terreiros de matriz africana; comunidades negras rurais que não detêm modo de vida próprio de comunidades quilombolas; povos indígenas, etc. Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/108/10802002.jsp?ttCD\\_CHAVE=51](http://www.palmares.gov.br/108/10802002.jsp?ttCD_CHAVE=51). Acesso em: 04 fev. 2010.

Segundo relato de Vani Rodrigues dos Santos<sup>7</sup>, bisneta de Prudente Rodrigues da Silva, o Quilombo Serra do Apon foi formado pelo seu bisavô e Ambrósio da Trindade que se casou com uma índia do lugar. Os ancestrais dos que habitam a Serra do Apon, viviam livres na Fazenda Capão Alto, situada próxima à cidade de Castro.

A referida fazenda fazia parte da primeira Sesmaria dos Campos Gerais do Capitão-mor José de Góes e Moraes que a vendeu, em 1751, ao Convento do Carmo de São Paulo. Em 1770 os Carmelitas retiraram-se do Paraná deixando por conta dos escravos a fazenda Capão Alto, tendo como administrador o escravo de alcunha Innocêncio Não Foge. Gozando de total liberdade os negros viviam em uma república independente, um quilombo, nas ricas terras dos Carmelitas (Cadernos do Patrimônio, 1982, p. 26).

Com grande devoção a Nossa Senhora do Carmo chamada por eles de “Sinhara”, a quem se reportavam para tudo quanto fosse necessário, a ela pediam orientações, tinham para com ela obediência e acreditavam que, como em transe, obtinha da santa a resposta para suas solicitações.

Nessa fazenda, os negros trabalhavam na produção de alimentos, criação de gado que deviam suprir as necessidades dos moradores e abastecer os conventos Carmelitas, no sul de São Paulo. O excedente da produção era vendido em Castro para adquirir outros produtos como roupas, utensílios e ferramentas de uso da fazenda e dos negros.

Essa situação perdurou por mais de 100 anos (1751 a 1864) até que por necessidade da ordem religiosa, os padres Carmelitas tiveram que arrendar a fazenda, com seus escravos, à Casa Comercial Bernardo Gavião Ribeiro e Gavião. De acordo com os Cadernos do Patrimônio (1982, p. 26): “*Pelo contrato de arrendamento os negros deveriam ser levados para São Paulo*”, mas os negros já se consideravam livres e não aceitaram pacificamente voltar à escravidão.

Com a forte resistência dos negros os novos proprietários tiveram que recorrer à ajuda de Curitiba que destacou uma força policial para obrigá-los a se entregarem aos novos arrendatários da fazenda. Mas ao se conferir a legitimidade dos documentos referentes aos comprovantes de pagamentos de impostos pela firma paulista, as autoridades perceberam irregularidades que impediam a transferência dos negros da Fazenda Capão Alto para São Paulo, matriz da empresa arrendatária. Nesse impasse, os negros ganharam mais força, convencidos de que as autoridades policiais e fiscais estavam ao seu favor. “*As autoridades sabiam que a documentação da Casa Comercial Bernardo Gavião Ribeiro & Gavião não estava em ordem, mas não vacilaram, mesmo assim, em usar a força policial contra os escravos de Nossa Senhora do Carmo*”. Dessa forma, “*a ordem foi*

---

<sup>7</sup> SANTOS, Vani Rodrigues dos. **Entrevista: Moradora e líder quilombola Serra do Apon**. Castro, 12 dez. 2009. (A/A).

*mantida e a lei, não*”. Mesmo com os altos impostos que a firma devia à Província, os escravos foram levados para São Paulo (Cadernos do Patrimônio, 1982, p. 29). Percebe-se que a preocupação maior das autoridades era evitar que o exemplo dos negros de Capão Alto tornasse um germe multiplicador de insurreição que poderia se alastrar por toda a Província, numa época em que o movimento abolicionista se fazia presente e ganhava força e adeptos no Paraná e, demais regiões do país.

O Quilombo de Capão Alto terminou em 1864, e nos registros da época consta que foram levados apenas 23 escravos para São Paulo. Seguindo determinação advinda da Santa “Sinhara”, as crianças não deveriam sofrer qualquer tipo de maltrato. Assim, em torno de 100 crianças quilombolas ficaram em Castro e foram distribuídas para famílias, segundo relato do historiador Eduardo Spiller Pena (1999). Os mais de 200 escravos que conseguiram fugir e esconder-se nas redondezas fundaram os principais quilombos da região de Castro como exemplo a Serra do Apon, Mamans e Limitão. Outros foram além, até para o Rio Grande do Sul.

Serra do Apon está localizada numa região com relevo alcantilado com vegetação de gramíneas que servem para o gado. Destacam-se as matas de araucárias e outros tipos de árvores nativas, que se sobressai em alguns pontos mais altos. Predominam plantações de pinos, áreas mecanizadas, criação de gado em lotes com pequena área rural. Segundo os moradores do lugar, no início do século XX, havia uma vegetação abundante, com mata fechada de araucárias e outras madeiras de lei que, com a introdução do agronegócio, foi sendo alterada e reduzida a capões perdidos que podem ser vistos a distância.

Observa-se que o rio Turvo está com pouca correnteza devido ao assoreamento provocado em parte pela mecanização e poluído com agrotóxicos. Comenta-se que os rios eram fundos e serviam para banhos sendo, hoje, possível atravessá-los a pé.

Diversos grupos étnicos compõem a comunidade local. Parte se dá com o grupo de negros que vivem a mais de quatro gerações nesse lugar. Um espaço social onde as pessoas convivem e tomam decisões, organizam festas e reuniões, garantindo a solidariedade e convivência dos grupos culturalmente constituídos. Existe na comunidade uma população negra de 87 pessoas, das quais 49 são adultas e 38 crianças. Dentre esta população três famílias foram entrevistadas.

A comunidade quilombola, de uma área de quase 100 alqueires de posse, se limita hoje a um espaço mínimo de mais ou menos quatro alqueires, onde cultivam sua horta e produz feijão, milho, mandioca, batata, erva-mate, além da criação de gado, suínos, aves para o consumo da família. Utilizam-se vários tipos de ferramentas para o trabalho no roçado como foice, machado, enxadão, enxada. Cada família quilombola tem a produção e trabalho individual e ainda, reparte com os filhos que moram na cidade, e vendem o

excedente para a compra de outros produtos de que necessitam como o sal, açúcar, roupas e remédios.

Segundo relatos dos moradores a comunidade, até pouco tempo, não vivia isoladamente. Antes os roçados eram feitos em grupo chamados de puxirão/mutirão, todos trabalhavam durante o dia com animadas conversas e cantorias e ao cair da noite festejavam com baile, oferecido pelo dono do roçado, em pagamento do trabalho realizado na lavoura.

Alimentavam-se costumeiramente de cuscuz de milho e quirera com carne de porco. A carne de porco era cozida e armazenada com a gordura para ser utilizado em períodos mais longo, devido à dificuldade de conservação.

Os negros que viveram na comunidade produziam a esteira de piri e taquara para usarem nos ranchos e servir de leito. Na vila Socavão vendiam ou trocavam parte das esteiras com outros produtos de que necessitam como tecidos, açúcar, sal, querosene e remédios. Para chegarem à vila, caminhavam por quase dois dias levando os produtos nas costas, a pé, pelo meio da mata fechada, retornando pelo mesmo percurso. Isso se repetia quando faleciam membros da família, que eram levados nas costas para serem enterrados na vila Socavão.

Ao reportar-se ao tempo, Dona Vani diz que era praxe dormir sobre as esteiras em forma de círculo para serem aquecidos pelo fogo, feito, geralmente, no meio da cozinha. Lembra ainda que, na época, trabalhavam descalços, e teve o primeiro chinelo aos 20 anos de idade. Hoje, estão organizando uma cooperativa para fazer bordado em chinelo. Na maioria das casas, o soalho é de chão batido, as paredes de madeira com grandes frestas pelas quais atravessam os ventos frios e chuvas da região. A mobília das casas dos quilombolas é bastante modesta, contando geralmente com o tradicional fogão à lenha de taipa.

O vilarejo da Serra do Apon possui um pequeno comércio e um posto de saúde com atendimento médico e dentário à população, a cada quinze dias. Existe uma escola municipal de ensino fundamental de 1ª a 4ª séries. Para continuar os estudos, as crianças precisam se deslocar até Socavão, vila distante 20 quilômetros, utilizando o transporte escolar fornecido pela prefeitura do município de Castro. As dificuldades de transporte e mesmo a falta de políticas públicas de educação deixou as pessoas mais velha da comunidade, sem condições de estudo, de modo que, praticamente todos os adultos da comunidade são analfabetos.

As ruas do vilarejo são irregulares, com lamaçais e cascalhos nas partes mais íngremes. O abastecimento de água, que parte da comunidade utiliza, é tratada e vem por gravidade (fonte localizada num nível alto com distribuição em baixo nível). Na geração

anterior, este abastecimento se procedia de forma manual na fonte ou riacho. Já a iluminação era com lamparina a querosene e lampião a gás. Só a pouco mais de quatro anos, a energia elétrica foi distribuída àquela comunidade.

Muitos tipos de ervas medicinais como sassafrás, milomen, quina, amargosinho, camomila etc. são utilizados como remédios. A camomila é um ingrediente frequentemente utilizada no preparo do chimarrão. Os moradores mais velhos da comunidade contam que havia ervas nativas para produzir o próprio chimarrão. Hoje, precisam plantar a erva mate.

A religião predominante na comunidade é a católica, tendo como padroeiro São José. As manifestações religiosas são realizadas por novenas e festas ao padroeiro, sendo Nossa Senhora Aparecida muito venerada. Além da religião católica a comunidade conta ainda com a Igreja Assembléia de Deus.

A Comunidade Quilombola Serra do Apon foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, como Remanescente das Comunidades de Quilombos, o que legalmente lhes dá, em tese, o direito de reaverem suas terras, fato que se constitui na maior esperança da comunidade.

### **COMUNIDADE NEGRA TRADICIONAL DO BAIRRO SÃO ROQUE**

Realidade não muito diferente na formação e estrutura ocorre com a comunidade de São Roque, localizada no município de Ivaí, distante vinte quilômetros da sede. Ivaí é um município relativamente novo, tendo se desmembrado de Ipiranga, em 10 de junho de 1961. É uma região de planaltos e a estrada que dá acesso ao local é cascalhada com muitas curvas e declives.

A comunidade de São Roque possui muitas casas de alvenaria e de madeira, com ruas não pavimentadas, um razoável comércio, com muitas igrejas e um colégio de Ensino Fundamental e Médio com aproximadamente 600 alunos. A população urbana do bairro é composta por várias etnias, tais como a ucraniana, alemã, polonesa e negra com 38 famílias quilombolas que participam ativamente na comunidade, segundo Nelson Lourenço<sup>8</sup>.

Senhor Hamilton<sup>9</sup> afirma que São Roque e Rio do Meio eram uma única comunidade formada por negros. Ocupavam uma faixa extensa de terras que se estendia desde o Rio São João, passando pela Serra Pedra Branca até a Serra São João. Foram separadas em duas comunidades: Rio do Meio e São Roque, devido às ocupações dos imigrantes poloneses, ucranianos e alemães ocorridos ao longo do século XIX e XX. As terras que

---

<sup>8</sup> LOURENÇO, Nelson. **Entrevista: Morador - Líder religioso e da comunidade quilombola São Roque.** Ivaí, 13 dez. 2009. (A/A).

<sup>9</sup> LIMA, Hamilton Ferreira. **Entrevista: Morador da comunidade de São Roque.** Ivaí, 13 dez. 2009. (A/A).

eram de posses dos negros foram distribuídas e escrituradas para os colonos, reduzindo conseqüentemente sua área.

Segundo informações dadas pelo senhor Hamilton, as comunidades de São Roque e Rio do Meio remontam desde ao século XVIII, sendo várias as famílias que compõem o núcleo das duas comunidades como: Lima, Marçal, Ferreira e Lourenço. Como diz senhor Hamilton, *“aqui abriu com os pretos que vieram como cativos, fugindo porque a liberdade era dos homens ricos que compravam os negros para trabalhar e era judiado, depois que pegaram a liberdade se esparramou”*.

Ele é filho de Brasília Ferreira de Lima e Zulmira Ferreira de Lima, nascido em 1929. Conta que quando sua avó cativa chegou do Estado da Bahia, tinha apenas 10 anos, e o dono dessas terras era o negro Paulo Ferreira que tinha 110 anos. Sua avó se casou com um dos filhos do negro Paulo Ferreira e da união tiveram 18 filhos que moravam na localidade do Rio do Meio. A comunidade foi formada desde a época em que os negros cativos se refugiavam das fazendas onde estavam submetidos à escravidão. Os castigos e o trabalho incansável foram a razão das fugas e na sua liberdade se acomodaram em terras não tituladas, tomando posse. Há indícios de que índios vivam na região e de que membros da comunidade se casaram com índios. Nelson Lourenço diz *“que sua bisavó materna foi capturada, sendo atizada com cachorro”*.

O senhor Hamilton conta ainda que, seu pai possuía dez alqueires de terra e as autoridades alegando inadimplência, por não pagar os impostos, entregaram aos “estrangeiros” que assumiram a posse. Diz ainda que *“tinha pinhão, tinham tudo, tudo era respeitado, quando veio o município de Ivaí consumiram tudo”*.

Hoje, membros da comunidade trabalham em outras terras por arrendamento ou porcentagem da colheita, no cultivo de arroz, feijão, milho, mandioca, batata e hortaliças, vendendo o excedente da colheita para adquirir outros produtos de primeira necessidade. Antigamente eram feitos mutirão para o cultivo desde o plantio até a colheita da safra. Já a coleta do pinhão foi extinta junto com a mata fechada de Araucárias Angustifolia e outras espécies em função do agronegócio.

Na época dos pais e avós do senhor Hamilton, as casas eram construídas de pau-a-pique de pinheiro cortado em lasca. Nas redondezas das casas, os moradores criavam animais soltos nos faxinais, principalmente a criação de cabritos e porcos, que produziam banha e torresmo para serem vendidos em Ponta Grossa. Ele recorda que seu pai era carreirista apreciador e tocador de cavalos, um esporte que envolvia corrida de cavalos em campo aberto apreciado pelos negros da época. Diferentemente, hoje as brincadeiras que envolvem os jovens e adolescentes da comunidade é o jogo de futebol.



Hamilton sente-se orgulhoso de ser guardião da chave da Igreja Católica de São Roque “*que existe desde a época dos Ferreira*”. Nessa igreja ele guarda com muito carinho o *Missale Romanum* datado de 1876, escrito em latim e, um quadro de São Roque da época dos seus ancestrais. Ele coloca ainda que a primeira igreja, que não existe mais no local, foi construída de tábua lascada e quem a freqüentava eram os brasileiros “negros”. Ele começou a trabalhar nessa igreja desde os 18 anos de idade. Depois foram chegando os poloneses, ucranianos e alemães que construíram as suas próprias igrejas.

A participação religiosa na comunidade quilombola de São Roque é intensa, pela presença dos templos religiosos como Igreja Evangélica Betel, Igreja Congregação Cristã no Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Greco-Católica Ucraniana e Igreja Católica Apostólica Romana.

Até pouco tempo as festas religiosas ao padroeiro São Roque eram realizadas em dias diferentes, a Igreja católica Ucraniana no dia 15 de agosto e a Igreja Católica Romana no dia 16 do mesmo mês. Segundo Hamilton a festa foi unificada e hoje se realiza no dia 15 de agosto com quermesse, churrasco e leilão, com o envolvimento da maioria dos membros da comunidade. Como de praxe as pequenas vilas giram em torno das capelas, aliás, como refere o historiador Frank Antônio Mezzomo, no contexto da colonização no Oeste do Paraná, “*a organização social das comunidades ocorre em volta das capelas e escolas, únicos centros donde se promove e organiza a vida comunitária*” (MEZZOMO, 2002, p. 90).

Conta Hamilton, “*que nos tempos dos negros na comunidade Rio do Meio, reuniam todas as famílias negras para festejarem, com muita união, ao som do violão e da gaita*”. Preparavam alimentos, segundo seus costumes, para dar aos convidados, utilizando-se o monjolo para produzir a farinha, a quirera e outros produtos. Era costume, também, na comunidade quilombola a Recomendação das Almas feita, sobretudo no período da Quaresma. Em procissão, havia as paradas nas casas com cantorias e rezas em homenagem aos mortos.

O fogão de taipa de pilão foi muito utilizado nas casas dos negros. Feito com o apiloamento da terra úmida, prensada no local que era construído com a força das próprias mãos, montando-se a estrutura de um fogão com um orifício para colocar a panela de ferro com pé.

O líder da comunidade Nelson Lourenço, desabafa dizendo que “*os seus pais, avôs eram donos dessas terras e trabalhavam em mutirão, hoje não tem mais as terras, o único espaço é o local de moradia*”. Segundo Nelson, as terras foram vendidas e aos poucos

ficaram sem nada<sup>10</sup>. A memória coletiva da comunidade quilombola sofreu apagamento, de modo que, não tem certeza do que realmente aconteceu com as terras que lhes pertenciam. Eles esperam uma solução governamental para que a comunidade possa desfrutar do que é de direito e se faça justiça pela retomada de suas terras, bem como a possibilidade de retorno daqueles que foram embora por falta de terra.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A retomada das discussões feitas agora na condição de quem pesquisa e de quem busca compreender o processo da escravidão no Paraná, tornou-se um desafio, por vezes, sentido como insuperável. Ao fim, é possível afirmar que novas leituras e perguntas de pesquisas foram extremamente importantes para compreensão da experiência histórica da escravidão negra: condição de transporte dos negros da África, a chegada ao Brasil, a negociação entre senhores e traficantes, o tratamento político e religioso, os reveses da legislação brasileira e os interesses adjacentes à escravidão até formação das comunidades quilombolas no Paraná.

Para a compreensão da experiência histórica da escravidão a pesquisa de campo foi primorosa. Particularmente, o resultado do trabalho realizado foi a aquisição de novos conhecimentos que contribuirão com o nosso fazer pedagógico. Embora com muitas dificuldades e desafios, foram momentos de muito aprendizado. Não se perdendo o foco e a intenção de desvelar ao Paraná comunidades invisíveis, dotadas de histórias que preservam a memória de sua ancestralidade.

### **FONTES ORAIS**

LIMA, Hamilton Ferreira. **Entrevista: Morador da comunidade de São Roque**. Ivaí, 13 dez. 2009. (A/A).

LOURENÇO, Nelson. **Entrevista: Morador e Líder religioso da comunidade quilombola São Roque**. Ivaí, 13 mai. 2010. (A/A).

LOURENÇO, Nelson. **Entrevista: Morador - Líder religioso e da comunidade quilombola São Roque**. Ivaí, 13 dez. 2009. (A/A).

SANTOS, Vani Rodrigues dos. **Entrevista: Moradora e líder quilombola Serra do Apon**. Castro, 12 dez. 2009. (A/A).

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL, Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/10.639.htm). Acesso em: 10 dez. 2009.

---

<sup>10</sup> LOURENÇO, Nelson. **Entrevista: Morador e Líder religioso da comunidade quilombola São Roque**. Ivaí, 13 mai. 2010. (A/A).

MEZZOMO, Frank Antonio. **Religião, nomos e eu-topia: práxis do catolicismo no oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

PARANÁ, Cadernos do Patrimônio. **Fazenda Capão Alto**. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Coordenadoria do Patrimônio Cultural, 1982.

PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face: a astúcia frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.